

ORGANIZAÇÕES INDÍGENAS CRITICAM

REALIZAÇÃO DA ECO/92
=====

①

A exclusão das organizações e comunidades indígenas da elaboração da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (ECO/92), que será realizada no Brasil no próximo ano, é um dos motivos pelos quais os povos indígenas da Amazônia se mobilizam para denunciar a farsa que se pretende montar no evento. A discussão sobre as mobilizações dos índios tomou conta de grande parte do dia de *Antev* no III Encontro de Reflexão e Planejamento dos Povos Indígenas da Amazônia Brasileira, promovido pela COIAB.

Depois da exposição do assessor do Encontro, Paulo Maldos, sobre a Eco/92, o coordenador geral da Coiab, Manoel Moura, fez um relato da história dos povos indígenas desde a chegada dos europeus, em 1500. Moura destacou que nos dias de hoje, em todo o continente americano, os índios se organizam numa luta que tem como meta a sua autodeterminação enquanto povos diferenciados.

"Hoje acontece mobilização das organizações indígenas e dos seus aliados dos movimentos populares para garantir o direito dos índios serem índios, isto é, o direito de serem povos diferentes do que os estados nacionais da América Latina tentam impor", disse Moura.

Orlando Barê, também membro da COIAB, acrescentou que as organizações indígenas começaram a ganhar força nos últimos 15 anos, quando tomaram consciência de sua situação, mesmo em condições desfavoráveis — como no tempo das ditaduras militares no continente. Ele criticou também a forma pela qual algumas organizações estão sendo criadas: "Muitas organizações do movimento indígena nasceram de cima pra baixo e isso tem refletido na desmobilização das comunidades em momentos críticos",

disse Orlando.

ESTADO VERSUS ÍNDIOS

A indefinição inicial na política indigenista, excesso de publicidade sem ação concreta no caso dos yanomami, a inoperância da Funai e a falta de assistência às comunidades indígenas tem caracterizado a relação do Estado Brasileiro com os Povos Indígenas em um ano de mandato do governo Collor. Ontem pela manhã, o assessor jurídico do CIMI, Paulo Machado Guimarães, abordou a organização dos Poderes e o papel da Constituição Federal na definição do relacionamento entre o estado e os índios.

O assessor do CIMI informou aos participantes da assembléia que, no caso dos yanomami, não foram revogados os atos que demarcam o território daquele povo em dezenove pequenas áreas e nem os decretos que criam reservas garmpeiras e florestas nacionais dentro da reserva. Esses decretos foram criados durante o governo Sarney e a única atitude que o governo tomou foi fazer publicidade, para conter as manifestações nacionais e internacionais contra o extermínio dos Yanomami, dinamitando algumas pistas de pouso.

Nesse primeiro ano de governo, não foi demarcada nenhuma área indígena, ocorrendo apenas a homologação de algumas delas. Por falta dessa providência, as invasões continuam a acontecer em diversas áreas e os yanomami ainda vivem sob ameaça dos garimpeiros que permanecem em suas terras.

Na discussão sobre o desmantelamento da Funai feita pelo governo Collor no mês de fevereiro passado, Paulo Machado Guimarães não descartou a hipótese de que o presidente do órgão, Cantídio Guerreiro, venha a cair nos próximos dias. "C Cantídio ficou sem moral neste governo", disse o assessor do CIMI. Na sua avaliação, a queda de Cantídio é uma saída para o governo Collor colocar em prática sua política neoliberal e que prioriza o sucateamento dos serviços públicos, transferindo as atribuições do estado para outros órgãos.

Reforçando a observação de Paulo Machado Guimarães, o índio Nailton Pataxó alertou que o governo pretende acabar com o cargo de presidente da Funai criando em seu lugar uma superintendência e executiva. "Com isso, abre-se ainda mais o caminho para a emancipação dos índios, pois o governo federal já propôs até que questão indígena seja de responsabilidade dos estados e municípios, contrariando a própria Consituição", denunciou Nailton.

71
p p